



Nota Especial

Agosto de 2020

Resumo dos Impactos Fiscais das Medidas de Combate à Pandemia e Projeções do Prisma Fiscal/SPE de julho/2020*

Agosto/2020

RESUMO

- ✓ Os esforços fiscais do Brasil no enfrentamento da crise estão entre os mais altos, em termos de percentual do PIB, na comparação com países em desenvolvimento e até mesmo em comparação com países desenvolvidos. O esforço fiscal brasileiro já atingiu 7,3% do PIB projetado para 2020, muito acima da média de 4,1% para 17 países em desenvolvimento e também acima da média de 30 países da OCDE (6,3%).
- ✓ A maior parte do esforço fiscal se deve ao auxílio emergencial. O total de despesas direcionadas ao enfrentamento da crise é de R\$ 505,4 bilhões, projetando-se um déficit primário do governo central da ordem de quase R\$ 800 bilhões ou 11% do PIB.
- ✓ No primeiro trimestre de 2020 o PIB brasileiro teve contração de 1,5% (em comparação aos três meses anteriores) e espera-se uma queda em torno de 8% no segundo trimestre. Esses valores, ainda que historicamente incomparáveis, estão abaixo das quedas observadas em outras grandes economias.
- ✓ Apesar do expressivo esforço fiscal deste ano, o governo federal mantém sua diretriz de responsabilidade fiscal e tanto mercado como governo antecipam esta postura em suas projeções.

* Este conteúdo foi divulgado anteriormente em formato de Nota Informativa do Ministério da Economia.

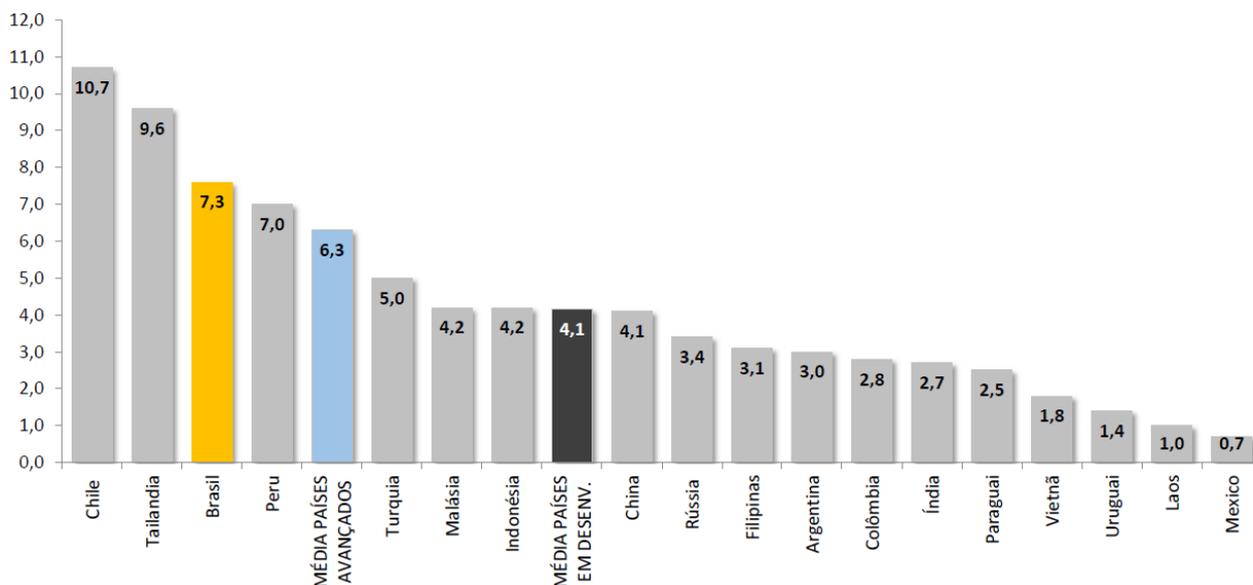
1. PRINCIPAIS IMPACTOS FISCAIS DAS MEDIDAS DE COMBATE AO COVID-19

As medidas do governo federal de combate à pandemia se traduzem em números expressivos e o respectivo impacto fiscal tem sido monitorado pelo Ministério da Economia. Na mais recente análise do "Impacto Fiscal das Medidas de Enfrentamento ao Covid-19" (FAZENDA, 2020), a Secretaria Especial de Fazenda registra que as despesas associadas diretamente às medidas de combate à pandemia já totalizam R\$ 505,4 bilhões correspondendo a 7,3% do PIB previsto para 2020¹. Essa porcentagem é expressiva e se destaca dentre países em desenvolvimento (Figura 1) sendo superior à média dos países avançados (4,1%) e acima dos percentuais observados na Nova Zelândia (6,7%),

¹ Considerando-se uma redução anual do PIB de 4,70% para 2020, conforme grade de parâmetros da SPE de julho/2020.

Dinamarca (6,4%), Itália (6,2%), França (4,0%), Suécia (3,3%), Espanha (3,0%) e Bélgica (2,3%), por exemplo.

FIGURA 1 – Medidas Fiscais em % do PIB para países em desenvolvimento e média de países avançados.



Fonte: Reprodução de FAZENDA (2020) a partir de compilação de estimativas do FMI, FAZENDA e SPE.

Os principais itens das despesas referentes ao combate à pandemia estão listados na Tabela 1. O Auxílio Emergencial (R\$ 600 mensais por 5 meses) corresponde à maior parcela, cerca de 50,3% das despesas.

O impacto fiscal não se resume às despesas. Do lado da receita (redução de alíquotas, desoneração de IPI, redução do IOF crédito, desoneração de PIS/COFINS e suspensão de pagamento de dívidas previdenciárias), a Secretaria Especial de Fazenda registra um impacto negativo de R\$ 20,6 bilhões resultando em impacto fiscal no Resultado Primário de 2020 de - R\$ 526,0 bilhões devido às medidas de combate à pandemia (FAZENDA, 2020). Note-se ainda que há itens de despesa sem impacto no Resultado Primário como, por exemplo, apoio a Estados, Distrito Federal e Municípios. Só este apoio a entes subnacionais soma R\$ 85,1 bilhões². Dentre outros itens sem impacto no Resultado Primário destacam-se medidas de crédito no âmbito da CAIXA (R\$ 154 bilhões)³ e do BNDES (R\$ 37 bilhões)⁴. O déficit primário estimado para o governo central é de R\$ 787,4 bilhões, quase seis vezes a meta para 2020, fixada em R\$ 124,1 bilhões na Lei de Diretrizes

² Na forma de suspensão de dívidas, reestruturação de operações de crédito com bancos públicos, reestruturação de operações de crédito com Organismos Internacionais, securitização de dívidas com garantia da União e diferimento do Pasep e contribuição patronal.

³ A maior parte destinada ao setor imobiliário (R\$ 103 bilhões).

⁴ Notadamente na forma de suspensão temporária de pagamentos de financiamentos.

Orçamentárias (LDO) de 2020 (BRASIL, 2019; Anexo IV - Metas Fiscais, Tabela 2), e para o setor público é de R\$ 812,2 bilhões (Tabela 2). A dispensa de contingenciamento obtida pelo governo é da ordem de R\$ 600 bilhões. Observe-se que o governo federal tem reiterado a excepcionalidade dessas medidas, a observância do teto de gastos e a manutenção da responsabilidade fiscal.

TABELA 1 - Principais Despesas em Execução Orçamentária – Medidas de Combate ao COVID-19

Despesa	R\$ bi
Auxílio Financeiro Emergencial - MPV 937, 956, 970, 988; Lei 13.982	254,2
Auxílio Financeiro Emergencial Federativo- MPV 978 ; LC 173	60,2
Benefício Emergencial de Manutenção do Emprego e da Renda - MPV 935, 936	51,6
Programa Emergencial de Suporte a Empregos (Folha de Pagamentos - PESE Funding União) - MPV 943, 944	34,0
Auxílios e Transferências a Estados, Municípios e Distrito Federal - Financiamento das ações de saúde e Compensação FPE e FPM - MPV 938, 939, 969	26,0
Programa Emergencial de Acesso a Crédito (Fundo Garantidor para Investimentos - FGI) - BNDES - MPV 975, 977	20,0
Programa Nacional de Apoio às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Pronampe) - MPV 972; Lei 13.999	15,9
Ampliação de recursos para a Saúde e Educação para aquisição de insumos médico - hospitalares - MPV 924	5,1
Outras despesas	38,4
TOTAL	505,4

Fonte: Adaptado de FAZENDA (2020).

TABELA 2 - Déficit Primário (% PIB)

	R\$ bilhões	% PIB
Meta de Déficit Primário (Governo Central)	124,1	1,7%
Dispensa de Contingenciamento 3º Bimestral	663,3	9,2%
Déficit Primário Estimado (Governo Central) - (a)	787,4	11,0%
Déficit Primário Estimado (Estatais Federais) - (b)	2,2	0,0%
Déficit Primário Estimado (Entes Subnacionais) - (c)	22,6	0,3%
Déficit Primário Estimado (Setor Público) - (a + b + c)	812,2	11,3%

Fonte: Reprodução de FAZENDA (2020).

A evolução do PIB no primeiro semestre de 2020 reflete a crise causada pela interrupção do comércio e das atividades normais da sociedade. No primeiro trimestre, muitas das grandes economias registraram quedas expressivas do produto trimestral, mas inferiores a 10%. No segundo trimestre, as quedas foram ainda mais impactantes com muitos países registrando valores acima de 10%. O PIB brasileiro teve queda de 1,5% nos primeiros três meses de 2020 e projeta-se contração em torno de 8 a 10% no segundo trimestre, em comparação ao trimestre imediatamente anterior (Figura 2). A última projeção divulgada pela SPE para 2020 é de contração de 4,7% do PIB em 2020.

FIGURA 2 – Variação percentual do PIB para países selecionados e zona do Euro (19 países) no primeiro (T1) e no segundo (T2) trimestres de 2020 (variação relativa ao trimestre anterior).



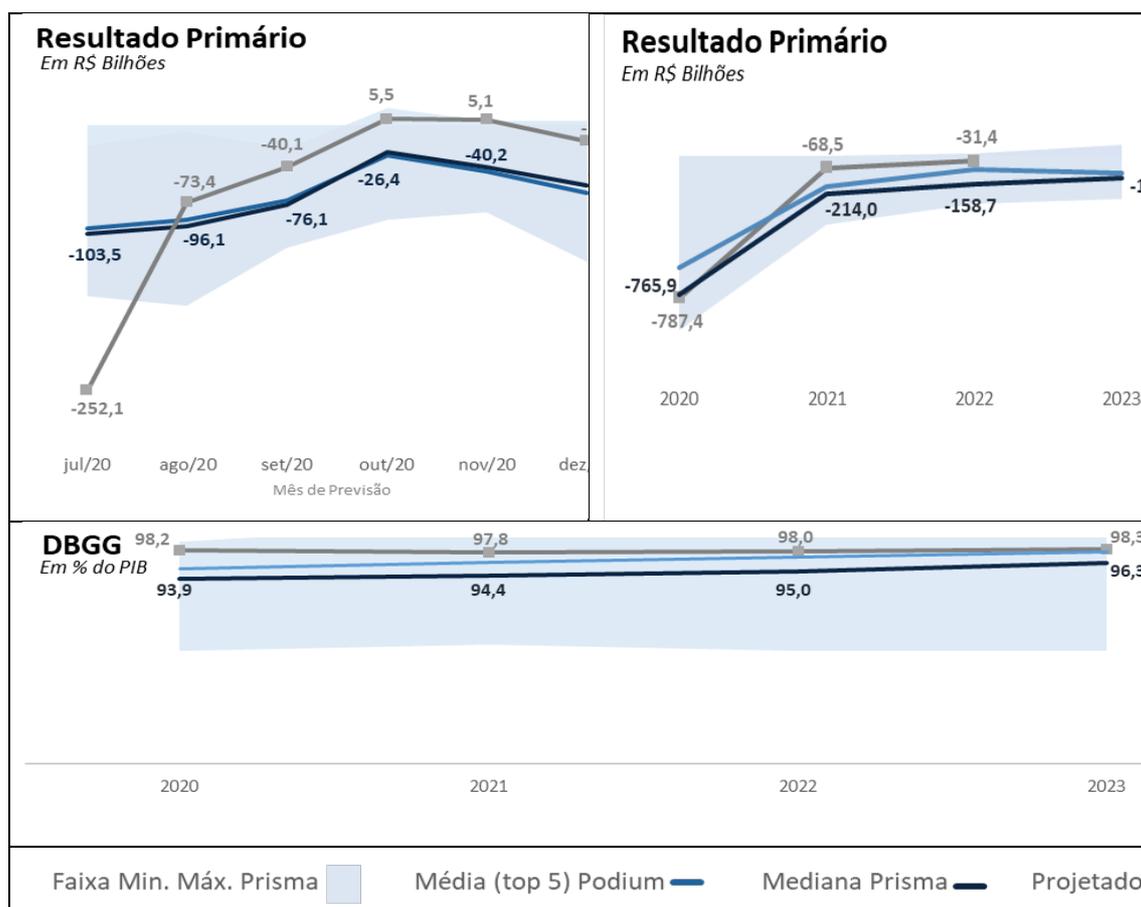
Fonte: OECD (2020), Quarterly GDP (indicator). doi: 10.1787/b86d1fc8-en (Accessed on 12 August 2020) e grade fiscal (SPE). Projeção de T2 para o Brasil baseada em dados da FAZENDA e IBC-Br.

2. EVOLUÇÃO DAS EXPECTATIVAS FISCAIS PARA 2020

Conforme apurado pelo sistema Prisma Fiscal (SPE, 2020) até julho deste ano, as expectativas de mercado para 2020 retratam a excepcionalidade imposta pela crise sanitária. Em linhas gerais, as previsões mensais até setembro são de queda na Arrecadação e Receita Líquida e relativa manutenção das Despesas em níveis elevados. A partir de setembro, as expectativas são de aumento de Receitas, traduzindo algum

otimismo com relação à recuperação da atividade econômica. As previsões oficiais⁵ de Resultado Primário feitas em julho para outubro e novembro registram superávit (em torno de R\$ 5 bilhões) e são mais otimistas do que as projeções de mercado em julho da ordem de -R\$ 26 bilhões e de -R\$ 40 bilhões para setembro e outubro, respectivamente (Figura 3). Há um forte alinhamento entre os valores previstos pelos agentes de mercado e pela Grade de Projeções e Cenários Fiscais da SPE para a Arrecadação nos próximos 6 meses e em menor grau para as previsões de Receitas Líquidas.

FIGURA 3 – Expectativas de Resultado Primário e DBGG.



⁵ Projeções oficiais são baseadas na Grade de Projeções e Cenários Fiscais (SPE) e na NFGC mensalizada (STN).

As previsões de mercado e oficiais para o déficit primário deste ano estão próximas dos R\$ 800 bilhões com a DBGG praticamente equivalente ao PIB (Figura 3) pelas projeções oficiais e em torno de 94% pela mediana de mercado.

Há um alinhamento entre projeções de Arrecadação Bruta de Tributos Federais constantes na Grade de Projeções e Cenários Fiscais da SPE e do mercado para os próximos anos. O mesmo ocorre para as Despesas Totais. Conforme apurado em edições anteriores do Prisma Fiscal/SPE, o mercado continua à espera de uma queda substancial na despesa para 2021, aumento nas receitas e consequente melhora no Resultado Primário, denotando credibilidade na política de contenção de gastos do governo. Além disso, mostra que os efeitos da Pandemia sobre as despesas terão se dissipado a partir do próximo ano. Ainda que tanto governo como analistas de mercado antecipem melhora substancial no Resultado Primário para 2021 em diante, o governo se mostra mais otimista que o mercado em relação ao Resultado Primário. No entanto, as projeções oficiais da Dívida Bruta do Governo Geral (DBGG) (% PIB) são um pouco piores, girando em torno de 2 a 4 p.p. acima da projeções medianas de mercado (Figura 3).

As expectativas de mercado e de governo refletem a excepcionalidade das medidas de combate à crise e a manutenção da política fiscal, assim como o compromisso do governo com o processo de consolidação fiscal por meio do controle dos gastos.

REFERÊNCIAS

BRASIL (2019). Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2020, Lei 13.898, de 11 de novembro de 2019 - Publicada no DOU de 11.11.2019 - Edição extra. <https://www2.camara.leg.br/orcamento-da-uniao/leis-orcamentarias/ldo>

FAZENDA (2020). Impacto Fiscal das Medidas de Enfrentamento ao Covid-19, Apresentação da Secretaria Especial de Fazenda acessado em 10/08/2020 <https://www.gov.br/economia/pt-br/centrais-de-conteudo/apresentacoes/2020/julho/transparencia-comissao-covid-19-cn-2020-07-30.pdf>

SPE (2020). Relatórios do Prisma Fiscal. <https://www.gov.br/fazenda/pt-br/centrais-de-conteudos/publicacoes/relatorios-do-prisma-fiscal>